

Prezados colegas

Ultimamente tem estado em discussão o tema *estatismo X liberalismo* e, em razão da crise econômica, o assunto passou a ter maior amplitude, com teses sobre a maior ou menor intervenção do Estado nas atividades econômicas e de serviços relativos a infraestrutura (energia, transportes, saneamento etc.).

A engenharia pública, aí incluídos todos os profissionais de arquitetura e engenharia (civil, elétrica, mecânica, agronomia, florestal, geógrafos) e geologia, é também parte do assunto, e em virtude da falta de diretrizes claras por parte dos programas de governo, investimentos em infraestrutura e saneamento básico, conservação e manutenção têm sido negligenciados, recaindo ônus exagerado sobre os órgãos encarregados dessas ações, responsabilidades que em muitos casos não é devida, porque decisões de investimentos foram tomadas a revelia de planejamento técnico adequado.

Em épocas não tão distantes, as atividades de planejamento das ações e gerenciamento dos empreendimentos eram desempenhadas por profissionais pertencentes aos quadros dos governos e, por isto mesmo, mais comprometidos com a qualidade dos serviços prestados. Entretanto, a partir dos anos 80, surgiram as idéias de “terceirização” das atividades públicas sob a argumentação de que salários e benefícios dos profissionais ativos causariam um ônus elevadíssimo quando estendidos aos aposentados. E assim foi-se conduzindo a uma excessiva contratação de “terceirizados” e/ou “cooperativados” que passaram a desempenhar atribuições anteriormente específicas dos profissionais do quadro permanente.

O resultado foi o que se viu retratado, recentemente, com as “cooperativas e ONGs” contratadas para gerir e executar tarefas nos hospitais e ambulatórios oficiais, o que igualmente ocorre nas atividades ligadas à engenharia pública, quando desenvolvimentos de “idéias criativas” são licitados sem fazer parte, nem mesmo de um anteprojeto, destinados a serem detalhados no decorrer das obras e cujo resultado são orçamentos amplamente ultrapassados e falta de recursos para a complementação das obras assim iniciadas. Via de regra, a responsabilidade recai sobre os profissionais das entidades encarregadas pela sua execução.

A falta de projetos básicos realistas até parece ser intencional. Topografia e sondagens de reconhecimento são negligenciados e, conseqüentemente, projetos estruturais têm que ser refeitos e servem de justificativa para inflar valores contratados, mas também é lógico que em casos especiais, para dar soluções emergenciais, é natural que soluções provisórias sejam tomadas.

Nada contra com relação a contratação de empresas para elaboração de projetos ou atividades de fiscalização, compreendendo controle tecnológico e qualidade de materiais e procedimentos, desde que façam parte de um planejamento mais abrangente e com alcance de médio e longo prazo.

Como engenheiro do serviço público e sob minha responsabilidade pelos comentários acima, trago este assunto para reflexão dos colegas e para ouvir opiniões, na esperança de que aqueles que são ouvidos por autoridades possam discutir estes temas com seus interlocutores e, de certa forma, contribuir para que planos e projetos não sejam meramente ideias que se transformem em desilusões.

Eng. **RONALD YOUNG**

Presidente